

## OS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM SALVADOR: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES E SUAS MOTIVAÇÕES

Rafael de Aguiar Arantes<sup>1</sup>

**Resumo:** *Este trabalho tem por objetivo discutir os primeiros resultados de uma pesquisa sobre os condomínios horizontais fechados em Salvador. Os dados ora apresentados são provenientes de uma pesquisa exploratória realizada em 5 importantes condomínios fechados com base em observações diretas, entrevistas com moradores e com informantes qualificados. Os resultados preliminares indicam que os primeiros condomínios de Salvador surgiram entre o final da década de 1970 e início de 1980 e seus moradores eram fundamentalmente de classe média. As motivações para se optar por este tipo de moradia se associavam à busca por uma qualidade de vida e a preocupação de oferecer um bem-estar à família, principalmente às crianças. Por outro lado, as pessoas que hoje procuram os condomínios fechados como espaço de moradia, classes médias e altas, são motivadas, principalmente, pelo medo da violência e pela busca de uma segurança privada. Nesse sentido, o presente trabalho analisa esses dois momentos e discute as principais conseqüências dos condomínios fechados para a cidade e seu espaço público.*

**Palavras-chaves:** Segregação; Condomínios fechados; Salvador.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir os primeiros resultados de uma pesquisa que versa sobre a emergência e recente expansão da incorporação de condomínios horizontais fechados destinados às camadas mais altas da população, na cidade de Salvador. O objetivo geral da pesquisa é compreender em que aspectos a expansão desses condomínios contribui para o progressivo esvaziamento do espaço público, transformando e alterando a própria definição de “cidade” como um espaço marcado pela heterogeneidade das relações sociais.

Nesse sentido, importa averiguar a história dos condomínios horizontais fechados na cidade de Salvador, quem são seus moradores, as motivações que os levaram a optar pelos condomínios, quais são as características desse tipo de moradia (como são as relações internas entre os moradores e desses com as outras classes sociais, representadas principalmente pelos funcionários, quais são as regras existentes e como elas são decididas, quais os tipos mais comuns de conflitos, quais as relações dos moradores com a cidade e a vida urbana pública, etc.) e, por fim, importa compreender quais são as conseqüências desse movimento urbano para a cidade e para seu espaço público.

Os resultados ora apresentados são provenientes de uma pesquisa exploratória com base em observação direta e entrevistas com moradores e informantes qualificados realizada em cinco importantes condomínios horizontais fechados situados na orla de Salvador. Os resultados são ainda preliminares visto que compõem o primeiro momento da pesquisa, pois versam sobre a

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia; Pesquisador associado à equipe do Observatório das Metrôpoles de Salvador, sediado no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. (Autor) [Rafaelarantes13@gmail.com](mailto:Rafaelarantes13@gmail.com)

história dos condomínios, a caracterização dos moradores e as motivações para a escolha de um condomínio horizontal fechado como espaço de moradia.

## 2. SEGREGAÇÃO E CONDOMÍNIOS FECHADOS

A segregação social e espacial tem sido uma característica importante das cidades (CALDEIRA, 2000). Segundo CARVALHO; PEREIRA (2006), por espelhar as diferenças econômicas, étnicas, sociais e culturais no território, e sendo uma das principais características das cidades contemporâneas, a segregação é objeto de preocupação de cientistas sociais e urbanistas desde a primeira metade do século XX.

No Brasil, o fenômeno da segregação é discutido desde a década de 1970, quando a urbanização das suas cidades se intensificou. O processo de urbanização brasileiro teve como suas principais características a sua velocidade, extensão e profundidade. Este processo foi acompanhado e influenciado pelo processo de industrialização que se acelerava através da política do desenvolvimentismo – simulacro da política de crescimento econômico das sociedades avançadas. A estratégia de substituição das importações adotada pelo governo brasileiro favoreceu diversas transformações na estrutura produtiva e demográfica no campo e nas cidades. Durante muito tempo, a urbanização foi alimentada em termos demográficos por altas taxas de crescimento vegetativo e durante todo o processo por grandes fluxos de migração rural-urbana. A população urbana cresceu rapidamente no Brasil e hoje a maior parte da sua população vive nos centros urbanos.

O crescimento da indústria favoreceu a atração de grandes levas de imigrantes para os grandes centros industriais. As transformações ocorridas na zona rural, com a emergência de crises em algumas áreas e a modernização da produção (que liberou a mão-de-obra), em outros, também estimularam a migração rural-urbana. A concentração maciça e rápida da população nos grandes centros urbanos fez aumentar também a pressão sobre os bens e equipamentos públicos de uso coletivo. Ao longo desse processo, o Estado aumentou a oferta desses serviços, ainda que, muitas vezes, sem garantir a sua qualidade, o seu funcionamento regular e a sua universalização. A expansão desses serviços se pautou em desigualdades regionais e locais. Dentro da mesma cidade, nem todos os espaços foram contemplados pela presença do Estado e das suas políticas públicas (KOWARICK, 1979). Em geral, os melhores serviços tenderam a se concentrar nas áreas centrais das grandes cidades brasileiras, geralmente habitadas pelas classes médias e altas. Enquanto isso, os pobres, que iam se acumulando nas periferias, passavam por dificuldades, privações e por um déficit de cidadania em termos de ausência ou perdas de direitos civis, sociais e econômicos (KOWARICK, 2002).

Alguns autores tendem a definir o crescimento das cidades brasileiras por um modelo denominado de padrão periférico (CALDEIRA, 2000) ou a caracterizar o processo brasileiro como urbanização por expansão de periferias (TELLES; CABANES, 2006). Esse modelo teórico caracteriza a divisão social do espaço de uma cidade onde a população de mais alta renda tende a se agregar no centro ou em um vetor específico e valorizado da cidade, enquanto que a população de mais baixa renda tende a se concentrar nas bordas da cidade construída, nas suas periferias.

No início do século XX, antes que o processo de urbanização no Brasil começasse a se intensificar devido ao incremento da sua industrialização, as suas cidades se caracterizavam por

um grande adensamento em torno do centro histórico. A divisão entre ricos e pobres no espaço dessa cidade era marcada pelo tipo de habitação e não necessariamente por uma grande separação espacial entre as classes. Com o início da industrialização e o avanço da urbanização, a população de baixa renda tendeu a se concentrar ainda mais nos cortiços e em habitações coletivas, alugadas, localizadas, geralmente, nos centros antigos, enquanto que as classes altas começaram a expandir o espaço da cidade, se concentrando em novos bairros elitizados nas bordas do centro. Com a densificação da aglomeração de população no centro, surgiram sérios problemas sanitários, de higiene e de circulação que, por sua vez, geraram as primeiras intervenções de cunho higienista. Inspiradas pelas primeiras medidas modernizadoras nas cidades promovidas por Haussmann, prefeito de Paris entre 1853 e 1859, as intervenções higienistas eliminaram a habitação precária das áreas centrais, transferindo o problema para outras áreas da cidade.

Com o grande incremento da população urbana ocorrido entre as décadas de 1940 e 1970 e devido ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que gerou uma sociedade urbana pobre e marcada por uma grande segmentação do mercado de trabalho, a questão da habitação se transformou em um problema social. Desprovido de um salário que pudesse suprir as necessidades de reprodução da sua força de trabalho, entre elas a habitação, um grande contingente populacional passou a se deslocar cada vez mais para as longínquas periferias desprovidas de infra-estrutura e serviços, onde eram obrigados a construir suas casas. Incapacitados de se constituir enquanto uma “demanda solvável” (GORDILHO-SOUZA, 2000) de imóveis do mercado formal de habitação, sem condições de pagar aluguel, proibidos pelo Estado de autoconstruir suas moradias em áreas valorizadas e sem perspectivas de ser atendida por ele em sua demanda de habitação, a população de baixa renda foi obrigada a se deslocar para os espaços periféricos, seja através do fenômeno das invasões coletivas ou através da compra de terrenos em loteamentos clandestinos ou informais.

Com as transformações das últimas décadas, ou seja, a globalização, a guinada neoliberal e a reestruturação produtiva da economia brasileira, que introduziram mudanças profundas nas esferas econômicas, políticas e sociais, uma nova organização das cidades também começa a emergir, a partir do fim da década de 1980. Essas transformações, associadas às novas tecnologias de informação e comunicação, tiveram como um dos seus efeitos imediatos nas cidades latino-americanas o que MATTOS (2004, p. 170) chamou de “*metropolização expandida ou dilatada*”. O crescimento das metrópoles passou a ser marcado por fenômenos tais como: a) uma acentuada tendência à suburbanização com a formação de um periurbano difuso e de baixa densidade, que se caracteriza, primordialmente, pela moradia dos setores mais altos da estrutura social em condomínios fechados, além de novos centros de negócios de atividades “modernas-moderníssimas” (TELLES; CABANES, 2006, p. 104) que influenciam o crescimento da metrópole para todos os lados possíveis, conformando uma cidade-região policêntrica; b) a proliferação de novos artefatos urbanos que provocam grande impacto no espaço metropolitano, como grandes hotéis de luxo e alto luxo, edifícios corporativos e conjuntos empresariais inteligentes, centros de conferências internacionais, novos equipamentos de lazer e espaços comerciais especializados, como os shopping centers que, embora não sejam novidade no Brasil, têm na sua expansão a confirmação do aprofundamento de algumas tendências já antes esboçadas.

A globalização e a liberalização da economia tornaram o território das cidades mais passíveis de modificações pela lógica do mercado. Com a saída ou diminuição do Estado na esfera da regulação, a produção e reprodução metropolitana passaram a se dar fundamentalmente

quase que apenas por uma lógica capitalista. Na verdade, a metropolização expandida não constitui um fenômeno novo, contudo ele se reforça e se aprofunda nesta nova fase. Em verdade, “o que existia, segue existindo” (MATTOS, 1999, p. 23), porém de maneira mais rápida e profunda.

É nesse contexto que se dá a expansão do que CALDEIRA (2000) chamou de “enclaves fortificados”, áreas de consumo, lazer, trabalho e residência restritas e privativas às classes médias e altas. Esses espaços são protegidos e monitorados por avançadas tecnologias de segurança, com câmeras, cercas elétricas e toda uma série de equipamentos sofisticados que funcionam como verdadeiras barreiras, objetivas e simbólicas, de apartação e separação. Segundo a autora, os condomínios horizontais fechados são a versão residencial dos enclaves fortificados, tendo se constituído, nos últimos anos, como o empreendimento preferido pelos ricos. Os diversos enclaves fortificados, entre eles os condomínios fechados, se constituem como espaços de segregação, pois:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõe as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes de seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. [...] Em consequência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcados por suspeitas e restrição. (CALDEIRA, 2000, p. 258-259)

Nesse sentido, o clássico padrão de segregação centro-periferia tem sido alterado por esse novo elemento, que tende a se dirigir principalmente (mas não apenas) às bordas da cidade, onde ainda é possível encontrar grandes áreas verdes disponíveis e mais baratas do que no centro tradicional, áreas historicamente ocupadas pelos setores mais pobres e populares. Dessa forma, embora a superposição ou a localização próxima de categorias sociais distintas possa aparentar uma menor segregação, isto não se dá, de fato, visto que os enclaves fortificados se constituem enquanto ilhas fechadas em meio a um entorno completamente distinto da realidade interna.

A literatura especializada vem discutindo bastante as motivações que são subjacentes a esse novo movimento urbano. A partir de pesquisas na Argentina, SVAMPA (2001) encontrou três motivações principais, a saber, a procura por um estilo de vida verde; estratégias de distinção; e segurança. No Brasil, o estudo pioneiro de Caldeira, já citado, enfatiza bastante a questão da violência e a procura por espaços seguros como os principais motivos para a auto-segregação das elites e a sua deserção do espaço público.

Segundo SVAMPA (2001, p. 88), o estilo de vida verde está muito relacionado a uma idéia de tranquilidade, de contato com a natureza e de se poder morar em um local onde se possa viver em liberdade, com os filhos ao ar livre, de se sentir sempre de férias, onde as crianças possam ter mais liberdade e autonomia longe da desorganização, do caos, do barulho e da poluição da cidade.

As estratégias de distinção são elementos bastante associados às características desses empreendimentos na Argentina, visto que lá os primeiros condomínios fechados, chamados de *countries*, eram privativos da aristocracia rural, onde se praticavam, e ainda se praticam, esportes elitistas e considerados de alto nível, como equitação, pólo e tênis.

A segurança se relaciona ao medo da violência, cada vez mais comum. Tanto na Argentina, como no Brasil, a reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo contribuíram para o aumento da vulnerabilidade social da população, para o aumento exacerbado do número de desempregados, conformando, conseqüentemente, uma crise social de bastante envergadura. Nesse sentido, as desigualdades tenderam a aumentar e, com ela, também os índices de violência. É verdade também que, como o aumento da desigualdade, houve uma deteriorização das relações sociais, da sociabilidade e dos níveis de interação entre as classes.

## 2.1 Os condomínios horizontais fechados em Salvador

Em Salvador, a emergência dos primeiros condomínios horizontais fechados se deu no final da década de 1970 e início dos anos 80. Em verdade, esses empreendimentos não eram exatamente condomínios fechados e não se destinavam às elites. Os primeiros condomínios foram construídos pelo INOCOOP (Intituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais) sob a lógica do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) se conformando enquanto conjuntos habitacionais para as classes médias.

Uma vez que os empreendimentos do BNH não conseguiam atender a todos os seus mutuários, foi permitido ao INOCOOP dar acessoria técnica, social e legal às cooperativas. Constituíam-se, então, grupos habitacionais formados, geralmente, por coletivos da mesma profissão, funcionários públicos, funcionários da Embasa, profissionais liberais, os próprios funcionários do INOCOOP e do BNH, entre outros. Dessa forma, uma vez formado o grupo, era possível pedir acessoria do Instituto para a construção de um conjunto habitacional.

Um dos primeiros empreendimentos foi o Conjunto Habitacional Jardim Plakaford, que deu origem, depois, ao Condomínio Jardim Plakaford. Esse conjunto se originou da Cooperativa Grupo dos 75, formado por funcionários do INOCOOP e BNH. Posteriormente, surgiram outros Conjuntos Habitacionais, tais como o Jardim Piatã, originário do COEMBASA, cooperativa dos funcionários da Embasa, e o Aldeia Jaguaribe, formado por profissionais liberais, professores universitários, funcionários públicos, entre outras profissões.

Esses conjuntos habitacionais se localizam entre os bairros de Jaguaribe e Piatã, no sentido do vetor de expansão da orla atlântica norte da cidade (CARVALHO; PEREIRA, 2006). Essas áreas, até então, eram inacessíveis e tinham uma estrutura precária de serviços e transporte, pois representavam, na época, as bordas da cidade construída. Posteriormente, com o boom da incorporação de condomínios fechados iniciado nos anos 1990, a localização dos

empreendimentos se densifica nesses dois bairros e se dirige para a divisa entre Itapuã e Stela Mares, continuando a sua expansão no município de Lauro de Freitas.

Segundo os moradores mais antigos, naquela época, a violência e a segurança não eram os principais motivos para se morar em um condomínio. A opção por se morar em conjunto habitacional horizontal se relacionava muito mais a uma qualidade de vida melhor. Os moradores eram, principalmente, jovens casais, com filhos pequenos, que viam na cooperativa e no financiamento uma forma de conseguir a casa própria. Além disso, viam no conjunto a oportunidade de ter uma vida mais parecida com aquela do interior, calma, perto da natureza, onde fosse possível conhecer os vizinhos e ter uma relação de amizade e mais próxima com eles e onde, principalmente, os filhos pudessem ser criados ao ar livre, gozando de sua liberdade e autonomia. Nesse momento, os conjuntos habitacionais, futuros condomínios, não representavam uma estratégia de distinção ou uma estratégia de auto-segregação em função do medo da violência.

Moradia típica de classe média em seus primórdios, esses conjuntos habitacionais, ao longo dos anos e no decorrer da valorização dessa área da cidade e desse tipo de moradia, se tornam condomínios fechados e passam a atrair também moradores de um outro nível social e com outros tipos de interesse. A partir da década de 1990, houve um boom na incorporação de condomínios fechados, seguindo os padrões de São Paulo e outras metrópoles maiores, e o mercado imobiliário começa a produzir cada vez mais empreendimentos fechados para as classes médias, com um padrão mais baixo, bem como para as classes média-altas e altas, esses com um padrão muito mais elevado. A valorização dos condomínios fechados é tanta que um daqueles pesquisados, típico de classe média, tem apenas cerca de 1/3 das suas casas ocupadas por moradores fixos. O restante das casas serve fundamentalmente como objeto de especulação imobiliária.

Nesse novo contexto, alteram-se não apenas os modos como nascem os condomínios (através do mercado imobiliário), mas também a sua estrutura (com a incorporação de piscina, quadras e outros equipamentos de lazer e serviços que tornam a saída do condomínio cada vez menos necessária) e, principalmente, o tipo de morador e suas motivações. Com o já citado aumento das desigualdades e o medo da violência (muitas vezes desproporcional e muito veiculado pela mídia, ou seja, descolado de experiências concretas), a motivação principal para se morar em um condomínio fechado passa a ser a “necessidade” de segurança. As classes média-altas e altas hoje, quando querem morar em casas, não procuram mais as mansões da Vitória e da Graça, mas sim os condomínios fechados, onde podem gozar, pelo menos, da sensação de segurança.

A partir dos dois depoimentos a seguir, é possível perceber a diferença de motivação e da visão do que significa morar em um condomínio para os dois tipos de moradores, antigos e recentes.

Por que você mudou do Cabula [onde o entrevistado morava antes] para cá [o condomínio fechado]?

Eu vim do interior. Eu sou da boca do sertão e no sertão a gente sempre teve essa coisa assim de botar a cadeira na porta, ver as pessoas sentadas na porta conversando, ter contato com a população. Então, quando eu decidi vir pra Salvador, que isso foi em 75 [...] o pensamento era dar continuidade àquele estilo de vida. Eu não queria vir pra aqui pra me fechar num apartamento. Eu só

vim quando eu tive o direito a ter financiamento, para fazer uma casa, pelo banco. E, na época, o cabula era um bairro longe. [...] Então, a gente viveu bem lá uns 5 anos. [...] Então, uma área que era estritamente residencial, atestada pela prefeitura, se transformou num centro comercial [depois que uma fazenda foi transformada em conjunto residencial]. E aí, começou a vontade de sair de lá. Pelo clima, eu não teria saído de lá. Um clima de mata, muito bom... eu não teria saído, mas eu fui forçado a sair em busca da continuidade da vida que nós tivemos lá durante um bom tempo. Aí foi que nós descobrimos isso aqui, poucos moradores... [...] A gente se mudou pra aqui por isso, pra dar continuidade àquela convivência o mais próximo da natureza e vivendo de uma forma o mais natural possível. A gente consegue até hoje. De certa maneira, consegue. A gente ainda pode dizer que vive bem aqui, mas já antenado com essa possibilidade de mudar pra pior, a cada dia que passa.  
(R.R, 67 anos, aposentado do Banco do Brasil, morador antigo)

E por que você veio morar em um condomínio fechado?

Porque... Isso aí não era nem uma opção de morar fora de um condomínio fechado. A gente sabe que a segurança tá em condomínio fechado, tá entendendo? Não que seja 100% seguro, mas a mentalidade de um condomínio fechado já gera segurança, tá entendendo, na cabeça de todo mundo. Inclusive, se você for aqui fora comprar uma casa igual a casa aqui de dentro, ela vai custar 1/3 ou metade do valor da mesma casa aqui dentro, só porque é um condomínio fechado. Tem até uma música do Rappa, uma música do Rappa que diz, né, que a vida lá fora não é a vida que você vive no seu condomínio fechado. Lá fora é uma outra vida, é uma outra coisa. É uma realidade, aqui dentro você tem mais segurança. O nosso condomínio, ele não é por todo fechado. O final do condomínio não possui muro, porque ele é muito verde. Então, as autoridades não deixam a gente construir muros, fechar ele completamente, ainda mais que nós também não somos um condomínio, nós somos uma associação de moradores. Mas a gente sempre tentar manter a periferia o mais fechado possível. Estamos colocando câmeras em todos os lugares porque, volta e meia, tem um ou outro, acontece alguma coisa. Na maioria das vezes, nós descobrimos que eram ex-caseiros. Mas isso é importante. Se você não consegue a segurança lá fora, você tem que criar a sua, né? E todo condomínio fechado, as crianças estão livres, mas nenhuma criança passa daqui pra fora. É sempre daqui pra lá.  
(R. G, 46 anos, Corretor de imóveis, morador recente)

As diferenças de classe e de hábitos de classe tem gerado, em alguns condomínios, uma relação bastante conflituosa entre os moradores antigos e aqueles mais recentes, principalmente no que concerne às medidas administrativas e os modos de uso do espaço comum. Em geral, os novos moradores não têm participação ativa nas reuniões de condomínio, a não ser quando se trata de segurança. Nesse momento, a participação é bastante maciça e há uma série de cobranças para o aumento do aparato de segurança, como a instalação de cercas elétricas, catracas eletrônicas, controle do acesso de funcionários, instalação de câmeras, etc. É paradigmático a mudança que um dos condomínios estudados está fazendo no controle dos funcionários. Hoje, esse controle é feito por cartões com códigos de barra. Cada funcionário é cadastrado, relacionado à casa onde trabalha e tem o seu cartão de acesso. Segundo os moradores, esse sistema não funciona mais visto que muitos funcionários são demitidos ou pedem demissão e continuam com seu cartão; uns emprestam o cartão para outros, etc. Para corrigir essas falhas na segurança, será instalado um controle biométrico do acesso, que passará a ser executado através de impressão digital.

Por outro lado, os moradores mais antigos, embora também se preocupem com segurança, estão muito mais engajados em resgatar a antiga sociabilidade, em manter o contato entre os vizinhos, em garantir a tranquilidade, a qualidade de vida e o bem-estar a partir do cuidado com os equipamentos internos e com as áreas verdes.

Embora seja importante salientar que essa pesquisa está em andamento e que os resultados ora apresentados são provenientes das inferências obtidas com as primeiras entrevistas e caracterizam, portanto, um momento ainda exploratório, foi possível perceber como o significado do condomínio fechado vem se alterando em Salvador, seguindo os passos apontados por estudos realizados em outras cidades do Brasil e da América Latina, como São Paulo (CALDEIRA, 2000), Buenos Aires (SVAMPA, 2001; JANOSCHKA, 2002), cidades chilenas (SABATINI; CÁRCERES; CERDA, 2004), entre outras.

Os condomínios fechados, hoje, cada vez mais representam a negação da cidade, das suas instituições, dos seus atores e sujeitos sociais, da sua cultura e das suas manifestações populares. O medo da violência e a paranóia da segurança subvertem as antigas motivações para se morar em um condomínio fechado e acabam por transformá-lo em uma ilha de status, isolada do restante da cidade e cada vez mais restrita aos setores médios e altos da estrutura social.

### 3. CONCLUSÃO

A expansão dos enclaves fortificados, entre eles os condomínios horizontais fechados, representa uma das principais características da dinâmica metropolitana contemporânea encontrada nas principais metrópoles mundiais. Nesse sentido, é preciso discutir quais são as conseqüências de um tipo de moradia que subverte a relação entre o público e o privado, deslocando para a órbita privada a solução de problemas que são coletivos e deveriam, portanto, ser resolvidos coletivamente, no espaço público. O fortalecimento de uma cidadania privada, a passagem da auto-realização da esfera pública para a esfera privada, a visão de que a cidade é o espaço do caos, do desconhecido e do perigoso, do barulho, da confusão, da poluição e que o espaço privado é o paraíso, com regras conhecidas, claras e onde só entram pessoas confiáveis (ironicamente, da mesma classe social) têm contribuído para a deserção e para o esvaziamento do espaço público.

A fuga da cidade acaba por subverter a sua própria definição, desde àquela grega, onde a Polis era o espaço da Política democrática, onde toda e qualquer decisão era tomada na Ágora, espaço público e aberto, até à cidade moderna, definida por pensadores modernos como Max Weber e Georg Simmel como um espaço que liberta (“os ares da cidade libertam”, segundo o ditado alemão), caracterizado pela heterogeneidade das relações e pela sociabilidade entre as classes.

### REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.

GORDILHO-SOUZA. **Limites do Habitar:** Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. **EURE**, Santiago, v.28, n.85, Santiago: 2002.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano. **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, n. 63, jul. 2002, p. 9-30.

MATTOS, Carlos A. de. Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existia siegue existiendo. **EURE**, Santiago, vol. 25, n. 76, 1999.

MATTOS, Carlos A. de. Redes, Nodos e Cidades: Transformação da MetrÓpole Latino-Americana. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **MetrÓpoles:** Entre a Coesão e a Fragmentação, e a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.

SABATINI, Francisco; CÁRCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregação Residencial nas Principais Cidades Chilenas: Tendências das Três Últimas Décadas e Possíveis Cursos de Ação. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 60-74, Jan./Jul. 2004.

SVAMPA, Maristella. Los que ganaran: la vida en los countries y Barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.